

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

SINTAP aguarda novo Ministro para clarificar Reforma do Estado

O **SINTAP** reuniu hoje com o Secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, no Ministério das Finanças, em Lisboa, tendo em vista mais uma reunião negocial sobre o anteprojecto da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

No entanto, e tendo em conta os desenvolvimentos políticos dos últimos dias, que apontam no sentido de uma remodelação governamental, o **SINTAP** considerou que a reunião de hoje deveria ter sido desmarcada até que o elenco governativo esteja finalmente estabilizado.

As notícias que têm vindo a público sobre este assunto indicam que Paulo Portas ocupará o lugar de vice-Primeiro-ministro, e que o seu amplo leque de competências deverá abranger, entre outros, o dossier da Reforma do Estado, pelo que o **SINTAP**, logo após a respectiva tomada de posse, solicitará uma audiência destinada a, de uma vez por todas, saber no que consiste a referida Reforma do Estado, bem como o impacto previsto dos cortes de 4700 milhões de euros na despesa pública e, desse modo, ter uma melhor contextualização da negociação da legislação em apreço.

Apesar do **SINTAP** considerar essa diligência de grande importância para o próprio desenrolar das negociações sobre a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, acabou por iniciar-se hoje a análise geral dos primeiros 70 artigos do diploma.

O **SINTAP** fez ainda questão de frisar que essa negociação não deverá ser feita em ritmo acelerado, como pretende o Governo, mas sim com toda a minúcia e ponderação, dada a extrema importância das matérias que constarão da nova Lei.

Numa primeira apreciação, o **SINTAP** criticou a excessiva remissão para o Código do Trabalho de matérias que o Sindicato considera serem meritórias de autonomização face às especificidades inerentes ao desempenho de funções públicas.

Contudo, Hélder Rosalino deu sinais de abertura para a introdução de alterações propostas pelo **SINTAP**, pelo que será elaborado e enviado tão brevemente quanto possível um parecer na especialidade sobre os artigos já abordados.

O **SIINTAP** considera que a futura Lei Geral do Trabalho representa uma boa oportunidade para, por exemplo, terminar com a dualidade de vínculos existente nos hospitais EPE (Contrato Individual de Trabalho e Contrato de Trabalho em Funções Públicas), geradora de injustiças e tensões desnecessárias entre trabalhadores do mesmo serviço.

O Secretário de Estado disse estar disponível para incluir neste processo negocial responsáveis do Ministério da Saúde de modo a que esta questão possa ser tratada com a profundidade e a seriedade que merece.

Na reunião de hoje, o **SINTAP** questionou ainda Hélder Rosalino acerca da hipótese de ainda poderem vir a ser introduzidas alterações aos diplomas sobre a Requalificação Profissional/Mobilidade Especial e sobre o aumento do horário de trabalho, já que nas reuniões que manteve com os grupos parlamentares e com a COFAP (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública), foi notória a convergência de muitos deputados, incluindo da maioria que suporta o Governo, às posições expressas pela Federação.

Esperamos assim que da discussão na especialidade actualmente em curso, e que contará amanhã com a presença do Secretário de Estado, possam resultar alterações aos dois articulados e que a verificação da sua constitucionalidade venha a ser suscitada pelo Presidente da República ou pelos partidos.

A votação na especialidade e a votação final global deverão acontecer na próxima segunda-feira, 29 de Julho, de acordo com informação avançada por Hélder Rosalino.

As próximas reuniões sobre a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas terão lugar a 30 de Julho e 6 de Agosto.

Lisboa, 23 de Julho de 2013